



Lei nº 325/2023

Aroazes – PI, 19 de setembro de 2023.

Dispõe sobre a renovação do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI.

O Prefeito Municipal de Aroazes, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente LEI:

- **Art. 1º** Renova o Plano Municipal pela Primeira Infância de Aroazes PMPI, constante no documento anexo a esta Lei, com vigência até o ano de 2030 (dois mil e trinta)
- **Art. 2º** O Plano determina o marco legal, o diagnóstico da realidade, as ações, objetivos e metas que o Município de Aroazes deverá realizar.
- **Art. 3º** O Plano determina o órgão responsável pelas ações, os indicadores de resultados e o tempo estimado para o alcance das metas, substanciadas aos temas:
 - I Crianças com Saúde
 - II Educação Infantil
 - III Família e Comunidade
 - IV Assistência Social às Crianças e sua família
 - V O Direito de Brincar
 - VI A Criança e o Meio Ambiente
 - VII Prevenção à violência contra a Criança
- **Art. 4º** As ações constantes no Plano Municipal pela Primeira Infância serão incorporadas ao Plano Plurianual, como ações transversais aos objetivos, metas e programas do PPA.
 - Art. 5º Ficam encerrados os efeitos da Lei nº 227/2016, de 10 de maio de 2016.
 - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manoel Portela de Carvalho Neto Prefeito Municipal Aroazes-Pl







II Plano Municipal pela Primeira Infância de Aroazes 2022-2030

MANOEL PORTELA NETO
Prefeito Constitucional

JUVENAL PEREIRA DA SILVA Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

JACKELINE PINHEIRO Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

> ADRIANA CRISTINA SILVA DE BRITO LOPES Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PMPI





LEI nº 325/2023

ANEXO ÚNICO

1. Apresentação

O II Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI expressa o compromisso do município de Aroazes com suas crianças, considerando que é interesse do poder público municipal a avaliação e definição de ações que assegurem direitos essenciais ao desenvolvimento pleno das crianças nesse momento inicial de suas vidas.

Segundo Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) criado em 2010, a primeira infância compreende o período desde a gestação até os primeiros 6 anos da vida, como um período muito importante para o desenvolvimento do indivíduo, quando as experiências são relevantes e determinantes para toda a da vida.

As vivências no período da primeira infância influenciam a criança e suas relações com outros indivíduos nas etapas que se seguem, o que justifica os investimentos nos mais diferenciados segmentos da sua formação física, psíquica e emocional, tornando-se impreterível um conjunto de ações que, de forma articulada, promova o desenvolvimento integral das crianças.

Assim a mobilização pela primeira infância deve ser compromisso de todos, envolvendo todas as instâncias de governo e todos os setores e segmentos da sociedade civil, na perspectiva de reafirmar o dever de todos com a defesa e a garantia dos direitos das crianças, para projetar um futuro promissor às novas gerações.

A atualização deste Plano teve o envolvimento de representantes da sociedade civil, de órgãos governamentais, conselhos da área dos direitos da criança, profissionais de diferentes secretarias e classes populares.

A metodologia principal foi reavaliar e discutir as ações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente existentes no município de Aroazes, enfatizando os avanços e desafios que precisam ser superados para a articulação política, fortalecimento das organizações comunitárias e eficiência das políticas públicas

2. Diagnóstico Municipal

Educação Infantil

Dados gerais:





A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, compreendendo a creche (crianças de zero a três anos) e a pré-escola, etapa obrigatória (crianças de quatro e cinco anos). Aroazes/PI possui 88 matrículas em creches, sendo 83 delas em unidades públicas. As matrículas em pré-escola totalizam 163, sendo 139 delas em estabelecimentos públicos.

A ampliação da jornada em centros de educação infantil se constitui como uma política educativa, sendo consideradas jornadas em tempo integral aquelas com pelo menos sete horas diárias de atividades. Do total de matrículas em/no Aroazes/PI, aquelas em tempo integral representam 0% das realizadas em creches e 0% das realizadas em pré-escolas. Cabe notar também que:

- 19,2% das matrículas em creches públicas são em tempo integral; e
- 6,8% das matrículas em pré-escolas públicas são em tempo integral.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece na sua quarta meta a universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. Em Aroazes/PI, a proporção de matrículas dessas crianças em classes comuns é de N/A no que se refere às creches e de 100% na etapa da pré-escola.

Estrutura da educação infantil

Os centros de educação infantil, além de contar com condições de infraestrutura básica, devem ser espaços dinâmicos, brincáveis e acessíveis. Em Aroazes/PI, a proporção de matrículas em centros de educação infantil com área externa, parque infantil ou brinquedos para educação infantil é de 86,4% nas creches e de 85,3% nas pré-escolas. Por sua vez, 95,5% das matrículas em creches e 86,5% das matrículas em pré-escola acontecem em centros de educação infantil sem recurso de acessibilidade.

O saneamento básico, outra infraestrutura importante, apresenta os seguintes números em Aroazes/PI:

- As matrículas em centros de educação infantil com saneamento básico respondem por 6,2% das matrículas em creches da zona urbana e por 0% daquelas em creches da zona rural;
- Já as matrículas em pré-escolas com saneamento básico correspondem, por sua vez, a 9,5% das matrículas em pré-escolas da zona urbana e a 0% daquelas em pré-escolas da zona rural.

Outro aspecto relevante é a regulamentação dos estabelecimentos no conselho ou órgão de educação, que alcança 100% entre as creches públicas e 100% entre as privadas não





conveniadas com o poder público. O índice é de 100% para as pré-escolas públicas e de 100% para as privadas não conveniadas.

Docentes da educação infantil

Com base em diretrizes presentes em dispositivos legais e normativos é possível hoje classificar os docentes em exercício considerando sua formação acadêmica. No caso de Aroazes/PI, temos o seguinte cenário:

- 14,3% dos docentes das creches e 10,5% daqueles da pré-escola estão no chamado Grupo 1, contando com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina juntamente com curso de complementação pedagógica concluído; e
- 57,1% dos docentes das creches e 68,4% daqueles da pré-escola estão no chamado Grupo 5, não possuindo curso superior completo.

Já a taxa de docentes das creches com formação continuada específica para atuação na educação infantil é de 20 para as unidades da rede pública e de 50 para as da rede privada não conveniada. Nas pré-escolas, a taxa é de 0 para os docentes da rede pública e de 16,7 para aqueles da rede privada não conveniada.

Assistência Social

Registro civil de nascimento

A garantia do Registro Civil é um direito de todas as crianças. Por meio dele, definem sua identidade perante o Estado e a sociedade, tornando-se aptas ao pleno exercício de sua cidadania. A ausência desse registro cria, entre outras implicações, entraves para que meninos e meninas na primeira infância possam ser beneficiárias das políticas públicas.

Em Aroazes/PI, a estimativa de sub-registro é de 0%. Isso quer dizer que 0 crianças, de até um ano de idade, não possuem registro de nascimento.

Políticas públicas de atenção à primeira infância

A universalização dos direitos das crianças na primeira infância tem como condição primordial a superação da pobreza extrema e das desigualdades sociais. O Estado brasileiro tem empenhado esforços na implementação de políticas de transferência e garantia de renda a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com impacto direto na vida da população entre zero e cinco anos. Destacam- se, nesse sentido, os Programas Bolsa Família e Criança Feliz e o Benefício de Prestação Continuada – BPC.





Em Aroazes/PI, o Auxílio Brasil alcança 87,1% das crianças de cinco anos ou menos em situação de pobreza, oferecendo a suas famílias a garantia de uma renda mínima.

O Criança Feliz amplia e fortalece a rede de cuidado integral direcionada à primeira infância por meio de visitas domiciliares. Em Aroazes/PI, a proporção de indivíduos (crianças e gestantes) visitados pelo programa no último ano, em relação à meta prevista, foi de 63,7%.

Atenção à primeira infância no Sistema Único de Assistência Social

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS são as portas de entrada da Política de Assistência Social. As ações desenvolvidas nesses espaços têm como objetivo prevenir situações de risco, utilizando-se de estratégias de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As normas técnicas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS recomendam um número máximo de famílias referenciadas por unidade do CRAS, de acordo com o porte do município.

A Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para famílias inscritas no Cadastro Único em/no Aroazes/PI é de 100%

O SUAS conta também com serviços especializados de acolhimento e proteção a famílias e pessoas temporariamente afastadas do convívio familiar, incluindo crianças na primeira infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o acolhimento familiar deve ter prevalência em relação ao acolhimento institucional. Ambos devem ter caráter temporário e excepcional, sendo dever do Estado prezar pelo restabelecimento dos vínculos familiares das crianças acolhidas.

Aroazes/PI não possui crianças de zero a cinco anos em acolhimento.

Saúde

Cobertura vacinal

A vacinação é a forma mais eficaz de proteger crianças de doenças graves e pode ser considerada uma das maiores realizações da saúde pública. O acompanhamento e verificação da situação vacinal da população é essencial para a definição de estratégias de vacinação e para avaliação operacional e de impacto dos programas de imunização. Em Aroazes/PI, a cobertura vacinal para primeira infância apresenta as seguintes características:

- 27,7% para BCG;
- 104,6% para Penta;





- 112,3% para a primeira dose da Tríplice; e
- 27,7% para Hepatite B em crianças de até 30 dias.

Transmissão vertical: HIV/Aids e Sífilis

As ações de controle das doenças de transmissão vertical, que demandam atenção durante o pré-natal e o parto, também integram o conjunto de políticas de proteção à criança. Entre essas doenças estão o HIV/Aids e a sífilis. As taxas de detecção de Aids em menores de cinco anos e de incidência de sífilis congênita permitem mapear a transmissão dessas infecções da mãe para o bebê, além de indicar a efetividade das políticas de prevenção.

Em Aroazes/PI, a taxa de detecção de Aids em menores de cinco anos foi de 0, o que corresponde a 0 novos casos em relação ao ano anterior.

Já a taxa de incidência de sífilis congênita foi de 0, o que corresponde a 0 novos casos em relação ao ano anterior.

Nutrição na primeira infância

A alimentação saudável é um direito de toda criança. É dever do Estado garantir a implementação de políticas que confiram prioridade a esse direito, a fim de reduzir os níveis de desnutrição e de obesidade infantil, de viabilizar a oferta de alimentos a populações em situação de maior vulnerabilidade e de promover hábitos adequados de consumo alimentar.

Informações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan têm apoiado a realização de diagnósticos relativos à situação nutricional da população acolhida pela atenção primária em saúde. De acordo com dados do sistema, observa-se que em Aroazes/PI:

- 25 crianças com menos de cinco anos apresentaram altura menor do que a esperada para a idade, o que corresponde a 9,9% das crianças desta faixa etária acompanhadas pelo Sisvan;
- 18 crianças com menos de cinco anos apresentaram peso menor do que o esperado para a idade, o que corresponde a 7,1% das crianças desta faixa etária acompanhadas pelo Sisvan;
- 23 crianças com menos de cinco anos apresentaram peso maior do que o esperado para a idade, o que corresponde a 9,1% das crianças desta faixa etária acompanhadas pelo Sisvan.

Mortalidade materna e na infância

Características socioeconômicas e de infraestrutura socioambiental estão entre os aspectos que impactam as condições de sobrevivência das crianças em uma determinada





localidade ou região. O investimento adequado em políticas públicas de saúde, desde o prénatal, é um elemento fundamental para a redução dos óbitos na infância, que em Aroazes/PI somaram 0 casos em 2020.

Também é fundamental analisar os dados referentes à mortalidade materna, aquela causada por qualquer fator associado à gravidez (ou por ela agravado) ou por medidas tomadas com relação a ela. Este indicador reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher, especialmente durante a gravidez ou parto. Em/no Aroazes/PI, 0 mulheres gestantes ou puerperais vieram a óbito por causas e condições consideradas de morte materna em 2020.

Pré-natal e assistência ao parto

O pré-natal possui papel fundamental na prevenção ou detecção precoce de doenças maternas e fetais, além de ser o primeiro passo para um parto e nascimento humanizados. Por meio das consultas pré-natais, que devem ser iniciadas nos primeiros três meses de gestação, são partilhadas as orientações necessárias ao acompanhamento da gestação, reduzindo os riscos para a gestante e permitindo um desenvolvimento saudável do bebê.

Em Aroazes/PI, a proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas pré-natal, ultrapassando o mínimo de seis consultas estabelecido pelo Ministério da Saúde, é de 84,6%.

O parto vaginal oferece menos riscos de infecção, hemorragia e prematuridade do bebê, e por isso deve ser a primeira opção para o nascimento. Em Aroazes/PI, os partos vaginais corresponderam a 33,8% do total de partos realizados.

Estrutura do sistema de saúde

O sistema de saúde possui indicadores que ajudam a estimar a parcela da população coberta pela atenção primária. Este primeiro nível de atenção em saúde inclui a oferta de serviços de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Os indicadores são utilizados no monitoramento do acesso a esses serviços e apresentam os seguintes resultados em Aroazes/PI:

- 100% de cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal.
- 100% de cobertura populacional estimada na Atenção Primária.

Violências

A mortalidade por causa externa

De forma voluntária ou involuntária, as mortes de crianças por causas externas revelam falhas nos sistemas de garantias estabelecidos nas normativas brasileiras, que lhes





asseguram o direito inerente à vida e à salvaguarda perante toda e qualquer forma de violência.

Identificar as diversas dimensões das mortes violentas e acidentais de crianças na primeira infância é condição necessária para que políticas públicas e ações preventivas sejam adotadas pelo Estado, pela sociedade e pela família.

As agressões foram causa dos óbitos de 0 crianças de até 5 anos em Aroazes/PI. Esse número foi de zero entre as crianças negras, comparado a zero óbitos de crianças brancas.

O número de óbitos por causas acidentais, por sua vez, foi de zero. Nesse total, 100 crianças de até 5 anos foram vítimas de afogamento e zero de sufocação. Mencionam-se ainda zero casos de óbito por intoxicação, zero por queimadura e zero por queda.

Já os óbitos de crianças menores de 5 anos por acidentes de transporte terrestre somaram zero casos em Aroazes/PI. Ao considerar o meio de transporte, que não se tem óbitos foram de pedestres e zero de ciclistas. Zero crianças foram vítimas de acidentes de motocicletas, zero de automóvel e outras zero em ônibus.

Mortalidade de mulheres por agressão

A agressão cometida contra a mulher tem impacto potencial sobre seus filhos e filhas, principalmente quando eles se encontram nessa etapa singular do desenvolvimento que é a primeira infância. Quando a agressão resulta no óbito da mãe, os efeitos são ainda mais danosos. Em Aroazes/PI, zero mulheres foram levadas a óbito por agressão em 2020 – zero negras e zero brancas. Reforça-se que as políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher são também estratégias de proteção à família e às crianças, particularmente quando as agressões, e os óbitos delas decorrentes, se dão no ambiente doméstico.

Conselhos Tutelares

Os Conselhos Tutelares devem atender a crianças e a adolescentes sempre que houver risco de violação dos seus direitos, seja por ação ou omissão do Estado, da sociedade ou dos pais e responsáveis. De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, cada município deve ter um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes. Atribui-se, dessa forma, aos municípios mais populosos, a responsabilidade pela instituição de um número maior de Conselhos.

Considerando essa proporção, a cobertura de Conselho Tutelar em Aroazes/PI é de 100%.

3. Eixos Estratégicos

EIXO 1 - CRIANÇA COM SAÚDE





Diretriz 01 - Prevenção da gravidez na adolescência e universalização do atendimento a gestante.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Disponibilizar exames e pré-natal	Disponibilização do teste de HIVrápido nas unidades de atendimento	Saúde	Contínuo 2022- 2030
	dequalidade a todas as gestantes	Realização das sete consultasmínimas de pré- natal das gestantes	Saúde	Contínuo 2022-2030
1		Promoção do acesso a todos os exames pertinentes ao pré-natal	Saúde	Contínuo 2022-2030
		Insentivo ao parto natural comsegurança para reduzir as taxas de cesáreas	Saúde	Contínuo 2022-2030
2	Reduzir o número de adolescentes grávidas	Realização de palestras, oficinas erodas de conversa com adolescentes sobre os metodoscontraceptivos e ISTs	Saúde, Educação, Assistência Social	Anual 2022-2030 PSE
		Rodas de conversa sobre os riscos de uma gravidez na adolescência	Saúde	Anual 2022-2030
	Diminuir a	Dinamização da semana doaleitamento materno	Saúde, Assistência Social	Todo mês de agosto 2022-2030
3	morbidade e mortalidade infantil	Ampliação do número decrianças em aleitamento materno exclusivo	Saúde	Anual 2022-2030
4	Realizar campanhas informativas à população	Criação do calendário anual decampanhas informativas	Saúde, CMDCA	Até janeiro de 2023





Diretriz 02 - Promoção do atendimento a todas as crianças do grupo de 0 a 6 anos:

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Erradicar a	Realização de campanhas de informação, educação e comunicação para uma alimentação adequada em quantidade e qualidade	Saúde, Educação, CMDCA	Anual 2022- 2030
1	desnutriçãoe as anemias carenciais	Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis na escola e na família	Saúde, Educação, Assistência Social	Anual 2022- 2030
		Distribuição de sulfato ferroso, vitaminas e sais minerais na Farmacia Básica	Saúde	Contínu o 2022- 2030
2	Promover a	Realização da busca ativa de crianças com indicação de necessisdades especiais	Saúde, Assistência Social	Contínu o 2022- 2030
2	saúde mental de crianças	Implementação e fortalecimento de programas dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento	Saúde , Educação	Contínu o 2022- 2030
	Prevenir o sobrepeso e	Definição do cardápio saudável para as unidades de Educação Infantil e Grupos de convivência	Educação, CRAS, SCFV	Contínu o 2022- 2030
3	doenças na primeira infância	Realização de rodas de conversa entre asfamílias sobre alimentação na primeira infância	Saúde, Educação	Anual 2022- 2030
4		Realização de campanhas continuadassobre a importância da vacinação, tornando-as ludicas	Saúde, Educação	Contínu o 2022- 2030
	Ofertar e manter o cronograma vacinal	Manutenção da oferta de todasas vacinas relativas à primeira infância	Saúde	Contínu o 2022- 2030
		Implantar posto volante de vacinação quadrimestral para zona rural	Saúde	Junho de 2023





Realizar o levantamento do	G (1	
número de crianças de 1 ano	Saúde	Anual
para atualizar o cadastro		2022-
		2030

EIXO 2 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Diretriz 03 - Universalização da Educação Infantil - creche e pré-escola - gratuita e de qualidade.

	quandade.			
Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
		Disponibilização de transporte escolar com segurança, para atender a demanda	Educação	Contínuo 2022-2030
	Ampliar a	Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola	Educação, CT	A partir de 2023
1	matrículana Educação Infantil	Realização de busca ativa para identificar e matricular crianças com deficiência na rede de ensino	Educação Assistência social	Contínuo 2022-2030 A partir
		Realização do diagnóstico para a ampliação do quadro funcional da Secretaria de Educação através de concurso público	Educação, Administração	
	P d E d d Capacitar	Construção do centro de pesquisa da educação, com foco especial na Educação Infantil	Educação, Infraestrutura e Finanças	Até 2025
		Promover a formação continuada de todos os operadores da Educação Infantil, docentes e não docentes com foco no desenvolvimento integral da criança	Educação, Administração	
2	continuadamente osoperadores da Educação	Ampliar na rede municipal, o número de profissionais para atender a demanda de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação, garantindo a oferta de professoras(es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares	Educação, Administração	





3	Disponibiliza r merenda escolar	Elaboração do cardápio, considerando a faixa etária da 1º infância, incluindo as demandas individuais	Educação	Mensal 2022-2030
	i de duandade	Fortalecimento do CAE – Conselho de Alimentação Escolar	Educação	Bimestral 2022-2030

EIXO 3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA, COMUNIDADE E CRIANÇAS

Diretriz 04 - Definição de estratégias e mecanismos que fortaleçam os vínculos familiares.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
		Realização da busca ativa das famílias em situação de vulnerabilidade para a construçãode práticas sociais que ofereçam melhor qualidade de vida	Assistência Social,Saúde, CMDCA	Contínuo 2022-2030
1	Promover a família como espaço adequado para o desenvolvimento da	Utilização dos espaços da comunidade tais como: unidades de saúde, educação, igrejas, associações de moradores, para encontros com grupos de familias	Assistência Social,Saúde, Educação, CMDCA	A partir de 2023
	criança	Promoção de ações de valorização do núcleo familiar, através de campanhas informativas sobre os serviços de apoio à família disponibilizados pelo Município	Assistência Social,Saúde, CMDCA	Anual 2022-2030
		Qualificação dos profissionais dos CRAS e CT sobre a valorização da unidade familiar e suas interfaces como lócus próprio de identidadesocial	Assistência Social	Contínuo 2022-2030
	Realizar ações de estímulo e	Atuação, junto ao CT, para a localização de membros da família extensa de criança acolhida institucionalmente	Assistência Social Conselho Tutelar	Contínuo 2023-2030
2	fortalecimento dos vínculos familiares para crianças em situação de acolhimento institucional	Incretação e fortalecimento da unidade institucional para a construção dos documentos necessários a reavaliação judicial da medida de acolhimento	Assistência SocialConselho Tutelar	A partir de 2024





		Acompanhamento da família quando do retorno da criança para o convívio familiar	Assistência Social CRAS	Contínuo 2023-2030
3	Atualizar o mapeamento das crianças de até 6 anos	Realização do diagnóstico constante das crianças beneficiadas e suas famílias	Assistência Social	Contínuo 2022-2030
3	com deficiência, beneficiárias do BPC no município	Realização da busca ativa de crianças aptas a receber o BPC	Assistência Social	Contínuo 2022-2030
4	Inserir as famílias em situação de risco em programas socioassistenciais	Verificação das condições de vulnerabilidade de famílias cadastradas no Município	Assistência Social	Contínuo 2022-2030

Diretriz 05 - Inserção da criança na comunidade.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Valorizar os espaços comunitários para o desenvolvimento da criança	Promoção de ações que evidenciem as características culturais da comunidade	Assistência Social, Educação, Esporte e Cultura	Anual 2022-2030
1		Disponibilização dos espaços da escola para ações de caráter coletivo e comunitário	Assistência Social, Educação	Contínuo 2022-2030
		Promoção de atividades que fortaleçam o sentimento de pertencimento comunitário	Assistência Social, Educação, Saúde	Contínuo 2022-2030
2	Integração entre	Valorização dos espaços permanentes de participação das relações familiares e de sua integração com a comunidade	Assistência Social, Educação, Saúde	A partir de 2023
2	família, comunidade e criança nosespaços públicos	Realização do dia da Convivência Familiar e Comunitária na sede e nas Zonas rurais do Município	Assistência Social, Educação, Saúde CMDCA	Anual a partir de 2023





EIXO 4 - ATENÇÃO A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Diretriz 06 – Garantir e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeirainfância

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
		Integrar e estruturar redes de serviços públicos, de acordo com as especificidades territoriais, para gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, especialmente as que se encontram em situação de rua, violência, extrema pobreza e/ou com deficiência.	Saúde, Educão, Assistência Social	A partir de 2023
1	Garantir o acesso aosserviços públicos	Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantese crianças que não acessam os serviços públicos.	Saúde, Educacão, Assistência Social	A partir de 2023
	dispostos neste planoa todas a crianças em situação de vulnerabilidade	Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e suas famílias	Saúde, Educacão,CT, Assistência Social	A partir de 2023
		Garantir o acesso aos serviços da rede pública a todas as crianças independentemente de apresentarem registro civil, com atenção especial para imigrantes, refugiados, comunidades e povos tradicionais, crianças em situação de rua e crianças com deficiência.	Saúde, Educacão, Conselho Tutelar, Assistência Social, CMDCA	Contínuo 2022-2030
2	Articular as políticas para a	Integrar os programas de combate à pobreza aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.	Saúde, Educacão,CT, Assistência Social	A partir de 2024
2	primeira infância às políticas da agenda do desenvolvimento sustentável	Integrar os programas de habitação aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.	Saúde, Educacão,CT, Assistência Social, Infraestrutura	A partir de 2024





	Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias	Saúde, Educacão,CT, Assistência Social	Contínuo 2022-2030
--	---	---	-----------------------

Diretriz 07 - Reduzir o número de crianças de 0 a 6 anos em regime de acolhimento institucional.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Promover ações asseguradoras dos direitos básicos fundamentais para o	Realização da busca ativa das famílias que geram a ocorrência de atenção à criança, buscando soluções para reintegração familiar	Assistência Social, CT, CMDCA	A partir de 2024
1	convívio familiar e comunitário	Manutenção das crianças institucionalizadas na Escola	Assistência Social, Educação, Casa Lar	Contínuo 2022-2030
	Articular junto ao	Atualização do Plano Individual de Atendimento (PIA) das crianças institucionalizadas	Assistência Social	A partir de 2024
2	Sistema de Justiça, para que no prazo máximo de 2 anos, seja definida a	Disponibilização da equipe profissional para acompanhamento e articulação com o Sistema de Justiça	Assistência Social	A partir de 2024
	situação de uma criança no acolhimento	Garantia do restabelecimento do vínculo familiar e comunitário de 100% das crianças abrigadas por situação de pobreza.	Assistência Social	Contínuo 2022-2030
3	Manter os vínculos familiares de crianças em acolhimento	Promoção do regime de visitas às famílias das crianças em acolhimento	Assistência Social	A partir de 2024
4	Promover o atendimento psicológico para as crianças vítimas de violência e em acolhimento	Disponibilização do atendimento por profissional de psicologia	Assistência Social	Contínuo 2022-2030





EIXO 5 - DIREITO DE BRINCAR

Diretriz 08 - Garantir a todas as crianças de 0 a 6 anos, o direito de brincar.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Realizar o	Verificação do quantitativo de espaços disponíveis	Esporte e Cultura, Infraestrutura	A partir de 2023
1	diagnóstico para identificação dos espaços públicos	Avaliação da qualidade dos espaços e a possibilidade de adequá-los a faixa etária	Esporte e Cultura, Infraestrutura, Finanças	A partir de 2023
	disponíveis, governamentais e comunitários, do brincardas crianças de até seis anos	Buscar junto as outras esferas governamentais, recursos paraa construção de espaços específicos para crianças	Esporte e Cultura, Assistência social, Infraestrutura, Finanças,	A partir de 2023
		Preservação dos espaços lúdicos, culturais e de lazer para aumentar gradualmente a oferta	Esporte e Cultura, Infraestrutura, Assistência social,	Contínuo 2022-2030
2		Disseminação de brinquedotecas nas escolas	Educação	A partir de 2023
	Construir espaços para olazer de crianças na primeira infância	Preservação dos espaços destinados a primeira infância, com a contribuição das famílias	Esporte e Cultura, Infraestrutura, Assistência social,	Contínuo 2022-2030
		Inclusão dos conteúdos, informações e práticas lúdicas nos programas de formação continuada de professores e profissionais que atuam com crianças de até 6 anos	Educação, Assistência Social	Contínuo 2022-2030
		Valorização e resgate das antigas brincadeiras das comunidades do Município	Educação, Assistência Social	A partir de 2023





EIXO 6 - A CRIANÇA E O ESPAÇO - A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

Diretriz 09 - Garantir a todas as crianças, na primeira infância, espaços seguros para o seudesenvolvimento.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Fortalecer o direito da criança aos espaços públicos, tornando o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças	Estimular a criação e revitalização de espaços urbanos, ociosos ou não, tornando-os áreas verdes ou praças com espaço de brincar acessíveis, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza	Administração, Finanças	Até 2030
	de 0 a 6 anos	Sensibilizar a sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público, a fim de ampliar a percepção sobre a importancia de espaços acessíveis adequados a primeira infância	Assistência Social, CMDCA	A partir de 2025
2	Ampliar os espaços para crianças da primeira infância nas praças existentes, com	Identificação dos espaços já existentes, destinados ao público alvo, em praças públicas	Infraestrutura, Educação	A partir de 2025
	parquinhos e brinquedos adequados à idade das mesmas.	Adequação dos espaços públicos para crianças até 6 anos de idade	Infraestrutura, Educação	Até 2025
3	Incluir no currículo da Educação Infantil da rede pública municipal atividades pedagógicas	Definição de projetos de integração das crianças ao ambiente urbano	Educação, infraestrutura, Esporte e Cultura	A partir de 2024
3	extramuros, nas praças e demais locais públicos, próximos ou não da unidade escolar	Instituição do dia municipal do brincar	CMDCA, Educação Administração	Até 2024





4	Promover cursos e oficinas de aperfeiçoamento sobre as questões da sustentabilidade, para os profissionais e demais operadores da Eduação Infontil	Inclusão na agenda anual de capacitação e treinamento dos profissionais, cursos específicos sobre a temática	Educação	Anual 2023-2030
	Educação Infantil			

EIXO 7 - ATENDENDO A DIVERSIDADE

Diretriz 10 - Promoção da inclusão em sentido amplo, como ferramenta de defesa dos direitos decrianças ainda na primeira infância.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Implementar cursos e oficinas de aperfeiçoamento dos	Criação de material específico e adequado para o trabalho sobre a temática com as crianças	Educação	A partir de 2023
1	profissionais da Educação Infantil, sobre a	Construção de uma agenda anual sobre a temática	CMDCA Educação	A partir de 2023
	diversidade étnico-racial e o papel da Educação na promoção da igualdade	Preparação de recursos para serem trabalhados na rotina escolar de enfrentamento ao preconceito	Educação	A partir de 2023
2	Adquirir brinquedos e outros materiais pedagógicos para a Educação Infantil, observando as	Inclusão nas salas multifuncionais das unidades da Educação Infantil, bonecas de todas as etnias, personagens negros e jogos expressivos da diversidade	Educação	A partir de 2023
	representações étnicas, religiosas, etc.	Adoção de estratégias de valorização da diversidade na rotina escolar	Educação	A partir de 2023
3	Implementar decoração nas unidades de saúde, de assistência social e de Educação Infantil que contemple a pluralidade étnica brasileira	Disponibilização de materiais específicos sobre o respeito à diversidade para colocação nas unidades	Educação, Assistência Social	A partir de 2023





4	Produzir material impresso para os profissionais de saúde sobre as fragilidades de saúde da população negra	Assegurar a equidade no atendimento de todas as crianças	Saúde	A partir de 2023
---	---	--	-------	------------------

EIXO 8 - ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS

Diretriz 11 - Fortalecer a rede de proteção para enfrentamento e combate de toda forma deviolência praticada contra a criança na primeira infância.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Criar e fortalecer redes locais de atenção às crianças e suas famílias	Mobilização da sociedade através de campanhas, informes, para colocar as crianças a salvo de todas as formas de violências	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	A partir de 2023
1	no tocante ao enfrentamento da violência doméstica	Qualificação do atendimento das crianças vítimas de violência doméstica	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	A partir de 2023
	Qualificar o fluxo e o	Promoção e fortalecimento do Sipia	CMDCA, CT, Assistência Social	Até 2023
2	monitoramento de atendimento/acompan hamento da criança no SGD, através de um banco de dados específico e/ou alimentação dos dados do	Realização de uma articulação eficiente entre a rede de proteção, a rede de atendimento, escolas de educação infantil, conselho tutelar e famílias, para coleta de dados	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	Até 2023
	Sipia	Criação de um banco de dados, alimentado pelos conselhos tutelares, sobre as notificações de violências.	CMDCA, CT	Até 2030
3	Atualizar permanente os profissionais da educação, saúde e assistência social, membros do conselho tutelar, delegacia e demais atores do SGD para prevenir, identificar, tratar e encaminhar os casos de violência contra crianças	Criação de projeto específico para capacitação permanente dos operadores que atuam na linha de atendimento às crianças vítimas de violência, vinculado ao Creas.	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	A partir de 2024





4	Promover campanhas municipais de sensibilização para prevenção e enfretamento à violência, nas diferentes formas, em alinhamento	Realização de eventos específicos como o 18 de Maio, o 12 de junho e outros voltados para o enfrentamento e combate à violência.	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	Contínuo 2022-2030
	com as campanhas estaduais e nacionais	Elaborar material informativo para pais e cuidadores com foco em estratégias para a educação não violenta	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação	A partir de 2023

EIXO 9 - ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS

Diretriz 12 - Garantia de acesso e efetivação ao Registro Civil a todas as crianças logo após onascimento.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Consolidar informações e estatísticas de nascimento e	Realização de diagnóstico para adoção de ações de enfrentamento ao não-registro de crianças	CMDCA e CT	A partir de 2023
1	registro civil, apontando as localidades e populações identificadas como de incidência de sub- registro	Articulação entre CRAS e Extratégia de Saúde da Família para localização de crianças sem registro civil	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	Contínuo 2022-2030
		Notificação das escolas para noticiamento de crianças sem registro civil	Educação, CT, Assistência Social	Contínuo 2022-2030
2	Promover campanhas permanentes informativas e de sensibilização social, através de rádios, carros de som, faixas, folhetos e outros meios	Promoção de orientações aos pais sobre o registro civil nos materiais informativos das secretarias de saúde, nas campanhas de vacinação, nas visitas domiciliares, bem como nos informativos das demais secretarias: educação, assistência social, cultura, esporte e lazer	Assistência Social	Contínuo 2022-2030





3	Organizar, nas escolas, ações que estimulem o registro de nascimento e dar orientação às famílias	Inserção da temática nas reuniões de pais	Educação	Contínuo 2022-2030
---	---	---	----------	-----------------------

EIXO 10 - PROTEGENDO AS CRIANÇAS CONTRA A PRESSÃO CONSUMISTA

Diretriz 13 - Proteger as crianças das ações mercadológicas para consumo desenfreado.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Incentivar que as escolas de Educação Infantil introduzam, como	Promoção da abordagem da temática com os alunos de forma lúdica	Educação	Contínuo 2023-2030
2	2 conteúdo transversal, o tema do consumo responsável e consciente	Inserção da temática nas reuniões de pais	Educação	Contínuo 2023-2030
	Sensibilizar, através de campanhas, oficinas e palestras, os educadores e os	Promoção de campanhas junto às famílias sobre os valores e hábitos da sociedade de consumo e de seus próprios hábitos de consumo	Educação	Anual 2023-2030
3	estabelecimentos de Educação Infantil para consumismo na infância e a sustentabilidade do planeta.	Demonstração, através de material impresso, do prejuízo do excesso de vaidade e o estímulo ou incentivo dos pelas crianças, de recursos destinados ao público adulto	Educação	Contínuo 2023-2030





EIXO 11 - CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Diretriz 14 - Assegurar uma infância saudável e adequada ao desenvolvimento no tocanteao respeito da imagem.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Promover o debate sobre a exposição precoce de crianças à mídia	Informar e sensibilizar a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação	CMDCA, Educação, CT, Assistência Social	Anual 2023-2030
		Inserção da temática nas rodas de conversas na escolas	Educação	A partir de 2023
2	Promover campanha junto às famílias sobre os limites que devem ser impostos às crianças no que se refere ao	Criação de uma estratégia informativa impressa, para distribuição nas comunidades sobre os perigos da exposição de crianças nas mídias sociais	CMDCA, Educação, CT	A partir de 2023
	uso da mídia	Introduzir a temática nas reuniões de pais nas escolas	Educação	A partir de 2023
	Estabelecer no plano de trabalho dos profissionais da educação, a reflexão com os	Introdução da temática no programa de formação continuada dos docentes	Educação	Contínuo 2023-2032
3	pais acerca dos males que o excesso da mídia pode causar	Valorização das brincadeiras que estimulem o movimento e a imaginação, como "faz-deconta", excursões, teatrosde bonecos, de fantoches	Educação, Esporte e Cultura	Contínuo 2023-2030
4	Promover debates públicos sobre a qualidade da mídia dirigida às crianças, observando a importância dos programas educativos que respeitem as etapas e características do desenvolvimento infantil	Articulação das ações com outras secretarias e entidades da sociedade civil	CMDCA, Educação, CT	A partir de 2023





EIXO 12 - EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Diretriz 15 - Reduzir, drasticamente, os acidentes na primeira infância.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
		Orientação e sensibilização dos pais e responsáveis por crianças, sobre prevenção de acidentes desde o início da gestação	Educação, Saúde, Assistência Social	A partir de 2023
1	Criar uma estratégia Municipal de Prevenção	Publicação de material impresso de conteúdo de fácil assimilação sobre prevenção de acidentes	Assistência Social, Saúde	Até 2024
	de Acidentes na Primeira Infância	Promoção e reforço da temática da prevenção de acidentes na qualificação e sensibilização das equipes de atenção básica para a realização de visitas domiciliares desde a primeira semana de vida	Assistência Social, Saúde	Até 2024
	Realizar campanhas educativas, informativas e de comunicação à	Inserção da Educação de Trânsito, de forma constante e não pontual na Educação Infantil	Assistência Social, Educação	A partir de 2023
2	população, abordando a importância da prevenção de acidentes para uma infância saudável	Inserção nos cursos de formação inicial e continuada dos professores, buscando parceria com os órgãos que atuam no trânsito da cidade	Educação Bombeiros Mirim	Até 2023
3	Inserir a temática prevenção de acidentes e primeiros socorros na formação continuada dos docentes e não docentes que atuam nas EMEIs	Promoção anual de curso de primeiros socorros para os profissionais que operam com crianças na primeira infância	Educação, Saúde	A partir de 2023
4	Criar um banco de dados sobre acidentes na primeira infância	Identificação das principais causas da morbidade por acidentes e de seus agentes causadores, servindo de base para tomada de decisões em políticas públicas	Saúde	A partir de 2023





MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do PMPI/Aroazes é elemento fundamental para a garantia da sua efetivação, avanço e aplicabilidade.

Para a execução e ajustes de possíveis obstáculos, as atividades de monitoramento e avaliação do PMPI/Aroazes serão contínuas e organizadas por relatórios, considerando os eixos definidos no Plano de Ação, direcionados pelo CMDCA em consonância com os demais atores envolvidos, uma vez que a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das criançasé compartilhada entre poder público, sociedade e família.

O acompanhamento do PMPI/Aroazes tanto pelo poder público, quanto pela sociedade, tem a finalidade primordial de medir avanços na sua execução e no alcance de suas metas e identificar se há necessidade de ajustes ou mudanças. Os mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano devem basear-se na coleta sistemática de dados quantitativos e/ou qualitativos, que facilitem análises e que, possibilitem examinar possíveis resultados da implementação do PMPI/Aroazes para a garantia dos direitos e o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos no município.

Como este é um Plano que contem ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos de 2022 a 2030, este será revisado anualmente, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário caso haja necessidade apontada pelo monitoramento. Para subsidiar esta ação, técnicos de todas as Secretarias envolvidas na implementação do plano devem se apresentar como relatores setoriais, responsáveis pela coleta, sistematização, análise e apresentação de dados e informações sobre as ações que lhes competem.

O monitoramento da implementação do PMPI/Aroazes deve ser um processo contínuo, desenvolvido pela Prefeitura e acompanhado periodicamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.





REFERÊNCIAS

https://rnpiobserva.org.br/city?id=2200905&area=3

file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Aroazes/PPI/Guia_Plano%20Municipal%20Para%20a% 20Primeira%20Inf%C3%A2ncia.pdf

http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Leis/L8069.htm.

https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#

https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/recomendacoes/elaborar-implementar-plano-municipal-primeira-infancia-pmpi/?gclid=CjwKCAiAheacBhB8EiwAItVO24D

http://primeirainfancia.org.br/pmpi